

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO – PUC/SP
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO, CONTÁBEIS E ATUARIAIS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

ERICK ROMÃO GUANHO

**ECONOMIA CIRCULAR E POLÍTICAS ESG: FORMAS DE DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL NO BRASIL**

SÃO PAULO - SP

2024

ERICK ROMÃO GUANHO

**ECONOMIA CIRCULAR E POLÍTICAS ESG: FORMAS DE DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL NO BRASIL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Ciências Econômicas da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP) como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador: Prof. Dr. Mariana Ribeiro Jansen Ferreira

SÃO PAULO - SP

2024

Sistemas de Bibliotecas da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo -
Ficha Catalográfica com dados fornecidos pelo autor

Guanho, Erick Romão
ECONOMIA CIRCULAR E POLÍTICAS ESG: FORMAS DE
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NO BRASIL . / Erick Romão
Guanho. -- São Paulo: [s.n.], 2024.
37p. ; cm.

Orientadora: Mariana Ferreira.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) -- Pontifícia
Universidade Católica de São Paulo, Graduação em Ciências
Econômicas, 2024.

1. Economia Circular. 2. Políticas ESG. 3. Desenvolvimento
Sustentável no Brasil. I. Ferreira, Mariana. II. Pontifícia
Universidade Católica de São Paulo, Trabalho de Conclusão de
Curso para Graduação em Ciências Econômicas. III. Título.

CDD

ERICK ROMÃO GUANHO

**ECONOMIA CIRCULAR E POLÍTICAS ESG: FORMAS DE DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL NO BRASIL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Ciências Econômicas da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP) como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador: Prof. Dr. Mariana Ribeiro Jansen Ferreira

Data da aprovação: ___/___/___

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. (Orientador)

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP)

Prof. Dr. Nome Completo

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP)

Prof. Dr. Nome Completo

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP)

*Este trabalho é todo dedicado aos meus pais,
pois é graças ao seu esforço que hoje posso
concluir o meu curso.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço a minha orientadora pela paciência e esforço em me guiar no desenvolvimento desse estudo.

A todos os meus professores agradeço pela bagagem e didática que me permitiram compreender e entender a economia e toda sua amplitude.

Aos meus pais e irmão agradeço pelo carinho e apoio durante toda a evolução acadêmica.

RESUMO

No contexto atual de crescente preocupação com questões ambientais e sociais, o conceito de desenvolvimento sustentável tem se tornado cada vez mais relevante. Nesse sentido, a adoção de práticas relacionadas à economia circular e aos critérios ESG (Ambientais, Sociais e de Governança) emerge como uma estratégia essencial para promover uma economia mais equitativa e ambientalmente responsável. No Brasil, país marcado por uma vasta diversidade socioeconômica e ambiental, a implementação efetiva dessas políticas apresenta desafios significativos, mas também oportunidades promissoras. Este trabalho teve como objetivo geral analisar como as políticas relacionadas à Economia Circular e aos critérios ESG podem ser efetivamente implementadas no contexto brasileiro para promover o desenvolvimento sustentável, considerando os desafios socioeconômicos e ambientais presentes no país. A metodologia empregada consistiu em uma revisão de literatura qualitativa, descritiva e bibliográfica. Os resultados indicaram que a análise sobre a implementação das políticas relacionadas à Economia Circular e aos critérios ESG no contexto brasileiro, é possível inferir que há desafios significativos a serem superados, porém, também existem oportunidades promissoras para impulsionar o desenvolvimento sustentável no país. O Brasil, caracterizado por sua vasta diversidade socioeconômica e ambiental, enfrenta uma série de obstáculos que vão desde questões estruturais até resistências culturais e políticas. Embora os desafios sejam significativos, as políticas relacionadas à Economia Circular e aos critérios ESG têm o potencial de promover o desenvolvimento sustentável no Brasil.

Palavras-chave: Economia Circular; Políticas ESG; Desenvolvimento Sustentável no Brasil.

ABSTRACT

In the current context of growing concern about environmental and social issues, the concept of sustainable development has become increasingly relevant. In this sense, the adoption of practices related to the circular economy and ESG (Environmental, Social and Governance) criteria emerges as an essential strategy to promote a more equitable and environmentally responsible economy. In Brazil, a country marked by vast socioeconomic and environmental diversity, the effective implementation of these policies presents significant challenges, but also promising opportunities. This work had the general objective of analyzing how policies related to the Circular Economy and ESG criteria can be effectively implemented in the Brazilian context to promote sustainable development, considering the socioeconomic and environmental challenges present in the country. The methodology used consisted of a qualitative, descriptive, and bibliographic literature review. The results indicated that the analysis of the implementation of policies related to the Circular Economy and ESG criteria in the Brazilian context, it is possible to infer that there are significant challenges to be overcome, however, there are also promising opportunities to boost sustainable development in the country. Brazil, characterized by its vast socioeconomic and environmental diversity, faces a series of obstacles ranging from structural issues to cultural and political resistance. Although the challenges are significant, policies related to the Circular Economy and ESG criteria have the potential to promote sustainable development in Brazil.

Keywords: Circular Economy; ESG Policies; Sustainable Development in Brazil.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1 ECONOMIA CIRCULAR: ABORDAGEM TEÓRICA	12
1.1 ORIGEM E CONCEITO	12
1.2 ECONOMIA CIRCULAR NO CONTEXTO INTERNACIONAL	15
1.3 ECONOMIA CIRCULAR NO BRASIL	17
2 ESTRATÉGIAS EMPRESARIAIS SUSTENTÁVEIS NO BRASIL	21
2.1 ORIGEM E CONTEXTO INTERNACIONAL	21
2.2 ESG NO BRASIL	22
2.3 ÍNDICE DE SUSTENTABILIDADE EMPRESARIAL	23
2.4 LOGÍSTICA REVERSA APLICADA NA ECONOMIA CIRCULAR	25
2.5 POLÍTICA NACIONAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS	26
3 ESTUDOS DE CASOS: GREENWASHING E MARKETING VERDE APLICADOS A UNILEVER E NATURA COSMÉTICOS	29
3.1 GREENWASHING NO BRASIL	29
3.2 ESTUDO DE CASO: NATURA COSMÉTICOS	31
3.3 ESTUDO DE CASO: UNILEVER	33
CONSIDERAÇÕES FINAIS	37
REFERÊNCIAS	41

INTRODUÇÃO

O aquecimento global é maior a cada ano. Como mostra uma pesquisa realizada pela PUC-RS (2023), em 2023, ondas de calor e temperaturas extremas se tornaram corriqueiras: no hemisfério norte os termômetros passaram dos 45°C no mês de agosto. No Brasil, novembro foi o mês marcado por temperaturas muito acima da média para a primavera, alcançando 42,5°C graus no estado do Rio de Janeiro. Como afirma o secretário-geral das Nações Unidas (ONU), António Guterres, *“essas ondas de calor indicam que o planeta já passou da fase de aquecimento e que agora se entra na era da ebulição global”*.

A transição para uma economia verde é necessária, porém custosa. Segundo o Valor Econômico, apenas considerando o Brasil, descarbonizar a indústria nacional pode custar algo próximo de R\$ 40 bilhões até 2050 — sem considerar investimentos indiretos para potencializar a oferta de energia renovável e a nova infraestrutura logística e de telecomunicações necessárias.

Considerando a relevância do tema, esta monografia tem como objetivo analisar a historicidade e cronologia da circularidade na economia e políticas ESG. O estudo aborda as aplicações práticas e legais de empresas e governos no âmbito nacional com e sem sucesso, apontando como a ambiguidade está fortemente presente nas iniciativas sustentáveis no Brasil e no Mundo. A hipótese central desta monografia pauta-se na desmistificação do desenvolvimento sustentável no âmbito corporativo e governamental, destrinchando-se em estudos de casos.

O objetivo geral é analisar como as políticas relacionadas à Economia Circular e aos critérios ESG podem ser efetivamente implementadas no contexto brasileiro para promover o desenvolvimento sustentável, considerando os desafios socioeconômicos e ambientais presentes no país.

A metodologia utilizada neste estudo foi a revisão de literatura, englobando a análise de publicações anteriores relacionadas ao tema investigado. O objetivo dessa metodologia é proporcionar ao pesquisador um contato direto com o conjunto de obras e documentos que discutem o assunto em questão.

Esta monografia é formada por essa breve introdução, três capítulos e conclusões finais. O capítulo I aborda a transição da economia linear para a

economia circular, destacando o surgimento desse modelo mais sustentável e seus benefícios econômicos, sociais e ambientais. O modelo econômico linear atual, baseado no padrão "take-make" de consumir e descartar, enfrenta desafios devido às limitações de recursos naturais e impactos ambientais. A Economia Circular busca prolongar a vida útil dos produtos, envolvendo toda a cadeia produtiva e incentivando práticas adequadas de descarte. Internacionalmente, há uma crescente demanda por essa abordagem, com relatórios da Ellen MacArthur Foundation, por exemplo, destacando seu potencial, especialmente na União Europeia e em países como a China. No Brasil, a Economia Circular apresenta oportunidades para a indústria, incentivando a gestão integrada de resíduos e novos modelos de negócios.

No capítulo II, são discutidas as estratégias ESG (ambiental, social e governança) e sua evolução tanto nacional quanto internacionalmente. Introduzido em 2004 com o relatório "Who Cares Wins" da "UN Global Compact", o modelo ESG visa integrar a sustentabilidade ao mercado financeiro. No Brasil, o modelo ESG ganhou destaque nos anos 2000 em resposta a demandas corporativas globais, levando empresas a adotarem práticas de governança corporativa sustentável. O capítulo também aborda a Política Nacional de Resíduos Sólidos e a aplicação da Logística Reversa, destacando seu papel na promoção da sustentabilidade e responsabilidade corporativa.

Por fim, o capítulo III apresenta dois estudos de caso, a fim de investigar a relação entre o discurso e a prática de integração dos princípios ESG em duas empresas: Natura Cosméticos e Unilever. Enquanto a Natura é reconhecida por suas práticas sustentáveis e investimentos em cadeias socioambientais, a Unilever é alvo de denúncias de *greenwashing*, prática que envolve a criação de uma imagem pública de responsabilidade ambiental sem correspondente aplicação prática, devido à falta de transparência em suas práticas ambientais. Esses estudos evidenciam a importância da transparência e práticas reais para a credibilidade das empresas em questões de sustentabilidade.

1 ECONOMIA CIRCULAR: ABORDAGEM TEÓRICA

Esse capítulo apresenta uma retrospectiva do modelo linear de produção atual e demonstra a tentativa de transição para o modelo circular de economia por meio de uma abordagem teórica. O tema é discutido mediante a conceituação de autores e instituições da área de Sustentabilidade e Economia no Brasil e no Mundo. Abordar-se-á ainda o debate a respeito da origem da Economia Circular e as respectivas tentativas de iniciar os estudos de sustentabilidade industrial em países da América do Sul, Europa e Ásia.

1.1 ORIGEM E CONCEITO

Os debates que abordam as relações entre meio ambiente e economia têm cada vez maior destaque na academia. É consensual a necessidade de buscar métodos para reduzir os impactos causados pelos setores econômicos no meio ambiente. Sabe-se que essas tentativas de diminuição da degradação dos recursos naturais ainda são insuficientes frente aos desafios encontrados no caminho para o desenvolvimento sustentável. Porém, mesmo insuficientes, esses métodos são difundidos maciçamente, incluindo as atividades empresariais e industriais (ASSUNÇÃO, 2019).

A partir da Revolução Industrial, no século XVIII, os países utilizaram o método “take-make” de desenvolvimento que se baseia em consumir e dispor. Esse padrão econômico é conhecido como modelo linear (ou economia linear) e supõe a infinidade de recursos naturais, sendo esses acessíveis e com baixo custo de eliminação (EUROPEAN COMMISSION, 2014 apud ASSUNÇÃO, 2019).

Alexandra Leitão (2015) destaca a linearidade do molde industrial e econômico contemporâneo. Baseado na extração, produção e descarte, esse modelo de economia encontra-se cada vez mais em ameaça de ser extinto devido, principalmente, às limitações impostas pelo meio ambiente no que tange a quantidade de recursos naturais disponível.

O modo de desenvolvimento por meio da Economia Linear que, como citado anteriormente, tem como base a extração, transformação e descarte – método predominante na contemporaneidade – *“foi central para o desenvolvimento industrial e gerou um nível de crescimento sem precedentes”* (EMF, 2015, p.2). Seguindo esse modelo tradicional, as indústrias preparam seus produtos para terem vida útil praticamente até o momento em que o consumidor visa sua substituição, anexando o envelhecimento à produção (WESTERLO, 2011 apud ASSUNÇÃO, 2019).

De acordo com o estudo “Economia circular: oportunidades e desafios para a indústria brasileira”, publicado pela Confederação Nacional da Indústria (2018):

O modelo econômico linear de produção-consumo-descarte está atingindo seu limite. Nos últimos trinta anos, apesar dos avanços tecnológicos e do aumento da produtividade dos processos que extraem 40% mais valor econômico das matérias-primas, a demanda neste mesmo período aumentou 150% (UNITED NATIONS INDUSTRIAL DEVELOPMENT ORGANIZATION – UNIDO, 2013 apud CNI, 2018, p.13).

Como contrapartida do modelo tradicional, emergiu-se um modo de desenvolvimento mais sustentável: a Economia Circular (EC). Essa subdivisão econômica objetiva o prolongamento da vida útil dos produtos – permitindo-os ter alto nível de valor e utilidade e diferenciando seus ciclos técnicos e biológicos - apresentando-se de forma regenerativa e restaurativa (EMF, 2015).

Segundo Assunção (2019), a EC visa a otimização do tempo de vida útil dos bens. Esse processo de prolongamento do ciclo de utilização tem início na forma de criação e estende-se até de fato a produção, além da administração dos recursos não passíveis de dissipação. No que tange ao consumo em si, há a necessidade de estudar o modo como é realizado o descarte, visando informar o produtor e consumidor final, *“alguns exemplos de informações necessárias ao usuário seriam: orientações sobre como e onde retornar os produtos”* (RIBEIRO; KRUGLIANSKAS, 2014, p.12, apud ASSUNÇÃO, 2019).

Segundo o Conselho Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável (BCSD PORTUGAL, 2013, p.3):

A economia circular é uma abordagem à produção e ao consumo que permite desenvolver inovação, novos produtos, serviços e novos modelos de negócio, que contribuem para um relacionamento mais equilibrado e criativo entre as empresas, consumidores e os recursos naturais.

Não há um consenso sobre a origem do modelo circular de economia. Segundo a Ellen MacArthur Foundation (EMF apud ASSUNÇÃO, 2019), esta concepção surgiu com o artigo do pesquisador em economia Kenneth Boulding publicado em 1966: “The Economics of the Coming Spaceship Earth”. Com o passar dos anos, o assunto ganhou destaque nos debates internacionais. Na China, por exemplo, o modelo sustentável de desenvolvimento começou a ser discutido por meio da Lei de Promoção da Produção Limpa (2002). Já em 2010, a própria EMF passou a tratar o modelo de maneira conceitual. Em 2014, a Economia Circular foi adotada formalmente como conceito econômico pela Comissão Europeia e, em 2016, pela Índia.

De acordo com Azevedo (2015, p. 2 apud ASSUNÇÃO, 2019), *“o assunto emergiu fortemente, em escala mundial, em 2012, quando a Ellen MacArthur Foundation publicou o primeiro de uma série de relatórios intitulados ‘Em direção a uma economia circular’”*. No Brasil, as primeiras medidas tomadas nesse sentido basearam-se na Política Nacional de Resíduos Sólidos (lei 12.305/2010) – a ser explicado no item 1.3.

Uma abordagem alternativa da origem da Economia Circular afirma que esse modelo de desenvolvimento sustentável surgiu com a publicação do artigo “The Product-Life Factor” pelo arquiteto Walter R. Stahel em 1982. Nesse artigo, o suíço definia o “circuito fechado da economia” (atual Economia Circular), desenvolvendo sua tese sobre os efeitos desse modelo no que tange a geração de emprego, inovação e utilização de resíduos e recursos. Sendo um precursor do pensamento sustentável, Walter defendia a extensão da vida útil dos produtos, estudando sua aplicação em economias industriais (STAHHEL, 1984, 2010 apud LEITÃO, 2015).

Segundo a Conferência Nacional da Indústria (2018), a inserção do modelo circular no “mainstream” visando a recuperação e manutenção da economia deu origem a esse conceito de desenvolvimento sustentável. Já, de acordo com Ghisellini, Cialani e Ugiati (2016, apud CNI, 2018) há indícios de que a introdução da definição de EC tenha sido realizada por meio do estudo de Pearce & Turner (1989), inspirado em Boulding (1966). Esse estudo, por sua vez, apontava o modo circular da economia como necessário para a garantia de vida humana no planeta Terra.

Assunção (2019), pesquisadora da área de sustentabilidade, reforça que esse modelo econômico necessita da compreensão e integração de toda a cadeia produtiva, desde o fornecedor e produtor até o consumidor e Governo. Como afirma o Conselho Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável (BCSD PORTUGAL, 2013, p.5): *“a economia circular é uma mudança transformacional ao nível de políticas públicas, dos modelos de negócios, das tecnologias e das escolhas dos consumidores”*.

1.2 ECONOMIA CIRCULAR NO CONTEXTO INTERNACIONAL

Tendo em vista a busca dos países por um crescimento estruturado em uma Economia mais “limpa”, é importante lembrar do conceito de desenvolvimento sustentável. Essa forma de desenvolvimento tem base no fornecimento de suprimentos básicos para as camadas mais pobres da Sociedade e na utilização consciente de recursos limitados provenientes da natureza, visando a não escassez dos mesmos para as gerações futuras (WCED, 1987 apud LEITÃO, 2015).

As novas abordagens a respeito das tentativas de se alcançar uma economia sustentável explicitam os novos escopos possíveis para desenvolvimento e agregação de valor. Essa exploração das oportunidades criadas pelas empresas e governos visa encontrar o equilíbrio entre mercado e meio ambiente, buscando a redução da utilização de recursos naturais finitos, dos desperdícios e o aumento da recuperação de resíduos. Nesse contexto, segundo Alexandra Leitão (2015, p. 153):

A Economia Circular abre excelentes perspectivas a serem encaradas pelas empresas como alavanca e motivação para um crescimento com bases sólidas e com futuro, além das vantagens competitivas no contexto de um mercado global altamente dinâmico.

Segundo Farias et al (2021), há uma defasagem no que tange aos estudos sociais e empresariais principalmente em países emergentes. Entretanto, através de relatórios desenvolvidos pela Ellen MacArthur Foundation, é possível perceber a falta de otimização da utilização produtiva do modelo econômico adotado nos últimos anos (EMF, 2013, apud LEITÃO, 2015, p.160):

Segundo o relatório de 2012, as empresas da UE poderiam obter uma economia anual de US\$630 mil milhões (€464 mil milhões, quase 4% do PIB anual da UE), através da mudança para a EC. Ainda na Europa, estão avaliados em cerca de US\$380 mil milhões os negócios que não são aproveitados devido ao facto de não ser dada prioridade a este tipo de abordagem (Ellen MacArthur Foundation, 2014). O relatório de 2013 foca o impacto do modelo circular na indústria de bens de consumo. Apenas neste setor, existe um custo de oportunidade económica, em termos globais, de US\$700 mil milhões (€516 mil milhões).

Como aponta o artigo “Uma década de estudos sobre economia circular: tendências e reflexões através de análise bibliométrica internacional” (2021), mesmo com o avanço da utilização da Economia Circular no âmbito internacional, há ainda um longo caminho a ser percorrido para a implementação realmente eficaz desse modelo económico. Mesmo com essa defasagem, alguns governos se destacaram nos últimos anos com modelos circulares aplicados a reutilização, reciclagem e recuperação energética, como é o caso da China, por exemplo (FARIAS, et al, 2021).

Visando a construção de uma base sólida para alcançar a circularidade, é necessário que as empresas e organizações moldem seus novos negócios. Esse processo, por sua vez, torna-se possível apenas mediante políticas de transformação social (conscientização). *“O futuro pede por políticas públicas e empresas, unindo esforços para remanufatura, reforma e reaproveitamento e por pesquisadores acadêmicos assumindo um papel mais ativo na conceituação do tema e sua aplicação na prática”* (REIKE; VERMEULEN; WITJES, 2018, apud FARIAS, et al, 2021, p. 292). Ou seja, é perceptível que a educação se situa no centro da discussão, como sendo um fator essencial para possibilitar a transformação de uma economia global linear em uma circular, aproximando-se do desenvolvimento sustentável tanto para os governos quanto para o mercado (LIEDER; RASHID, 2015, apud FARIAS, et al, 2021).

Mesmo com a defasagem global em relação à transição para a EC, o tema já é abordado com grandes expectativas há anos, como mostram os relatórios da Ellen MacArthur Foundation de 2013 e 2015:

O relatório de 2013 foca o impacto do modelo circular na indústria de bens de consumo. Apenas neste setor existe um custo de oportunidade económica, em termos globais, de US\$700 mil milhões (€516 mil milhões)

(Ellen MacArthur Foundation, 2013). O mais recente relatório fornece novas evidências de que a EC, habilitada pela revolução tecnológica, permitiria à Europa crescer a produtividade dos recursos até 3% ao ano. Isso geraria um benefício em termos de recursos primários que se traduziria num aumento do PIB de até 7 pontos percentuais em relação ao cenário atual de desenvolvimento, com um impacto positivo adicional sobre o emprego (ELLEN MACARTHUR FOUNDATION, 2015, apud LEITÃO, 2015, p.160).

É notável que a aplicação do modelo circular para a Economia pressupõe transformações radicais no modo de produção como um todo, como afirmam Ritzén e Sandstrom (2017, apud FARIAS, et al, 2021, p.292): “*A prática da EC pede mudanças disruptivas e inovações radicais em toda a cadeia produtiva, rompendo as barreiras existentes*”. Segundo esses autores, esse modo de produção sustentável encontra-se fragmentado no cotidiano dos agentes produtivos que, por sua vez, tornam-se adeptos apenas de parte da linha de pensamento econômica não linear. Entretanto, mesmo com essa adesão insuficiente, a circularidade no mercado abriria um leque de possibilidades para desenvolvimento de países emergentes, tendo base principalmente no equilíbrio entre sustentabilidade e ciclos de negócios.

1.3 ECONOMIA CIRCULAR NO BRASIL

O modelo circular de economia apresenta grande potencial para a indústria nacional, em termos de recuperação e agregação de valor. Entretanto, para colocar em prática os conceitos de EC no Brasil, é essencial a existência de um ambiente que a favoreça. Esse ambiente socioeconômico ideal exige investimentos em educação e infraestrutura dedicados a circularidade, além de políticas públicas específicas e a constante busca por tecnologias inovadoras (CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA, 2018).

Considerando o cenário brasileiro na década de 2020, ao colocar em prática as iniciativas da EC, o setor de agropecuária e industrial expandiriam seus escopos de atuação. A incorporação do modelo circular de economia permitiria a inserção do mercado brasileiro no comércio internacional, devido a adequação às normas já adotadas em outros países. Com essa transição do molde linear industrial para um mais sustentável haveria a atração de investimentos estrangeiros, possibilitando a atuação em novos mercados com custos reduzidos e, como consequência principal,

redução das externalidades ambientais negativas (MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, 2021).

Como demonstra Assunção (2019), o desenvolvimento embrionário da EC em território nacional teve início com a Política Nacional dos Resíduos Sólidos:

No Brasil, a economia circular deu seus primeiros passos com a Política Nacional dos Resíduos Sólidos (PNRS), instituída pela Lei 12.305/2010, que se constitui como um conjunto de princípios, objetivos, instrumentos, diretrizes, metas e ações para o desenvolvimento da gestão e do gerenciamento de resíduos de forma integrada. Essa integração visa a cooperação entre os governos federal, estaduais e municipais, o setor privado e a sociedade civil. Entre os princípios que fundamentam a PNRS estão: a visão sistêmica na gestão de resíduos sólidos que considere as variáveis social, cultural, econômica, tecnológica e de saúde pública; o desenvolvimento sustentável, a ecoeficiência e o reconhecimento do resíduo como reutilizável ou reciclável e, ainda, a responsabilidade compartilhada (DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO, 2010, apud ASSUNÇÃO, 2019, p.227).

Segundo o Ministério do Desenvolvimento Regional (2021): *“No Brasil, já são identificadas várias oportunidades de novos modelos de negócios, com geração de investimento e emprego, nos setores de design e recuperação de materiais (engenharia reversa, reciclagem, reuso e remanufatura)”*. O órgão do governo afirma ainda haver capacidade de desenvolvimento circular na recuperação de materiais, reuso de resíduos, modos circulares de valor, virtualização de ambientes e produtos físicos e, também, energias renováveis nos respectivos setores: eletroeletrônico, construção civil, têxtil, TICs (Tecnologias da Informação e da Comunicação) e, por fim, agropecuária.

Como demonstra a Confederação Nacional da Indústria (2018), a transição para modelos econômicos mais ecológicos e inovadores deveria ser algo natural para o Brasil, considerando que o país já possui uma das matrizes energéticas mais limpas do Mundo. Essa transição apresentaria uma grande oportunidade para o país se adequar aos acordos internacionais e promover o desenvolvimento socioeconômico.

Segundo o Ministério do Desenvolvimento Regional (2021), o desenvolvimento e aprimoramento da gestão residual e energética renovável advém do avanço técnico-científico. Esse progresso, por sua vez, condiciona o país a um estado de maior empregabilidade e possibilidade de criação de novos negócios, convergindo, conseqüentemente, para um maior nível de atratividade de

investimentos. Como reforça o Ministério:

A gestão de Energias Renováveis é um requisito fundamental para a sustentabilidade de empreendimentos rurais e urbanos. Novas fontes energéticas como a biodigestão de resíduos sólidos orgânicos, transformação de energia solar e eólica devem contribuir para o desenvolvimento de sistemas produtivos aliados das redes de distribuição de energia elétrica convencional, ampliando a produtividade e rentabilidade dos empreendimentos. Mesmo em locais com acesso à energia elétrica, as fontes renováveis podem atuar como sistemas de co-geração, reduzindo custos e promovendo transformação tecnológica de empresas urbanas e propriedades rurais. Os novos equipamentos e serviços associados exigem a formação de técnicos e profissionais, abrindo novos mercados industriais e de serviços com o potencial de geração de milhares de novos empregos e ocupações em todo o país (MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, 2021, p.1).

Ao abordar a aplicação da EC no contexto nacional, é importante citar a existência de restrições de infraestrutura alinhadas à precarização no que tange a concessão de incentivos para utilização de recursos alternativos no ciclo produtivo. Percebe-se, portanto, que há a necessidade da garantia de um ambiente propício para a criação de Sistemas de Negócios Circulares, como afirma a Confederação Nacional da Indústria (2018, p.59): “[...] aliado a biodiversidade, diversidade sociocultural, cultura de inovação e empreendedorismo, o país tem o potencial de se tornar a referência de inovação e geração de valores econômico, ambiental e social do século XXI”.

Além da Confederação Nacional da Indústria e do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional, a Finep (Financiadora de Estudos e Projetos) apresenta-se também como protagonista na inserção do modelo circular de economia no Brasil. Como demonstram Borschiver e Tavares (2022), essa instituição financia diversos projetos, tais como o “Era-Min” e “Finep Startup”. “Era-Min”, por sua vez, é um consórcio do qual faz parte a própria Finep e mais 24 instituições – de origem nacional e internacional - de financiamento de pesquisas, desenvolvimento e inovação de empresas ou Instituições de Ciência e Tecnologia brasileiras através de recursos não ressarcíveis. Segundo Borschiver e Tavares (2022, p.69), a respeito da “Era-Min”:

Seu foco é a cadeia de suprimento, produção, consumo, reutilização e reciclagem de matérias-primas dos segmentos metálicos, de construção civil e de minerais industriais. O orçamento total correspondente às organizações financiadoras participantes na última chamada, realizada em

2018, foi de aproximadamente 14,5 milhões de euros, dos quais 750 mil euros disponibilizados pela Finep.

Em se tratando do projeto “Finep Startup” (início em 2017), este prevê o desenvolvimento de startups que estejam pesquisando alternativas e soluções em diversas áreas, sendo uma delas a EC. Nesse caso, o projeto tem como objetivo encontrar inovações ecológicas para reduzir a poluição e desperdício de recursos e potencializar o modelo regenerativo no aproveitamento de materiais (BORSCHIVER; TAVARES, 2022).

Conclui-se, portanto, que a Economia Circular já possui diversas iniciativas, envolvendo o setor público e privado, no Brasil com formas variadas de implantação de modelos mais ecológicos na indústria. Entretanto, como afirma Borschiver e Tavares (2022), há ainda um grande escopo de atuação para o modelo circular que se fará possível com a amplificação das iniciativas focadas na restauração e regeneração de recursos.

2 ESTRATÉGIAS EMPRESARIAIS SUSTENTÁVEIS NO BRASIL

Esse capítulo aborda a historicidade das estratégias ESG (*environmental, social e governance*) no contexto nacional e internacional. O tópico será desenvolvido através de conceitos empresariais, sociais e ecológicos abordados por especialistas e pesquisadores da área de Economia, Sustentabilidade e Gestão Empresarial. Abordará também a aplicação do ISE B3, um indicador utilizado para medir a amplitude da gestão nos moldes ESG em empresas de capital aberto no Brasil. Tratar-se-á, por fim, do marco legal relacionado à Política Pública dos Resíduos Sólidos no Brasil e seus efeitos nas estratégias empresariais.

2.1 ORIGEM E CONTEXTO INTERNACIONAL

Com a publicação do relatório “Who Cares Wins” em 2004, o modelo ESG foi inserido no debate internacional. O memorando – originado na “UN Global Compact” - tinha como meta apresentar estratégias empresariais de integração ambiental, social e governamental aplicadas ao mercado de valores mobiliários e gestão de ativos. Segundo a publicação, a ONU e diversas instituições financeiras do Mundo se reuniram para debater sobre um modelo de desenvolvimento financeiro mais resiliente e sustentável, visando o aumento de confiança de mercado a longo prazo (CALDERAN et al, 2021).

De acordo com o relatório, o enfoque do novo modelo empresarial está na integração da sustentabilidade às estratégias relacionadas com o mercado financeiro:

A indústria não havia desenvolvido um entendimento comum sobre as formas de melhorar a integração do meio ambiente, aspectos sociais e de governança (ESG) na gestão de ativos, serviços de corretagem de valores mobiliários e funções de pesquisas relacionadas. Isso se deve em parte à complexidade e diversidade das questões envolvidas (GLOBAL COMPACT, 2004, p.1 apud CALDERAN et al, 2021, p.2).

No ano de 2006, em linha com o ESG, um grupo de investidores com grande influência internacional publicou os Princípios para o Investimento Responsável

(PRI) cujo objetivo foi o *“incentivo e apoio na adoção de práticas de investimentos responsáveis vislumbrando a incorporação de fatores ambientais, sociais e de governança [...]”* (VIEIRA, 2023, p. 31).

Como sequência da agenda de desenvolvimento sustentável, a 50ª reunião anual do Fórum Econômico Mundial (2020) – chamada de “Great Reset” – *“capta uma inversão de valores, tal qual uma mudança de pensamento em relação a política do capitalismo”* (VIEIRA, 2023, p.33). Como demonstrou a reunião, os empresários perceberam que o contexto internacional contemporâneo exige que os interesses das pessoas afetadas pelas condições sociais, ambientais e governamentais possuam maior influência no mercado, sendo, portanto, essencial que os grandes investidores atribuam a esses interesses maior enfoque (VIEIRA, 2023).

2.2 ESG NO BRASIL

Com o avanço dos debates relacionados à integração social, governamental e ambiental nos anos 2000 e em linha com as exigências corporativas internacionais, o modelo de gestão ESG surge como fenômeno embrionário no Brasil. Além da estrutura organizacional, essa nova forma de administração inclui a gestão de ativos e capitais integrando as esferas de governança, sustentabilidade e desenvolvimento social. A busca contemporânea por modelos mais sustentáveis de desenvolvimento no país tornou o ESG popular em organizações que buscam interligar o meio ambiente ao mercado, apresentando-se como uma alternativa ao modo tradicional de governança corporativa (CALDERAN et al, 2021).

No mundo empresarial - a fim de atender às demandas legais e de mercado - o meio ambiente passa por crescente valorização. O desenvolvimento econômico contemporâneo vive um processo de transição para *“um conceito mais amplo de desenvolvimento sustentável, no qual as metas de crescimento estão associadas aos esforços de redução dos efeitos nocivos ao meio ambiente”* (STROBEL et al., 2004 apud SILVA; QUELHAS, 2006, p.385).

Como demonstra Wilkinson et al (2001 apud SILVA; QUELHAS, 2006, p. 385):

Países em desenvolvimento, muitas vezes priorizam crescimento econômico em detrimento das questões sociais e ambientais. Este fato se deve à conjugação de dois fatores: a escassez de recursos financeiros; e a busca pelo progresso econômico, como meio de melhorar as condições de vida da população. Neste contexto, em que a viabilidade econômica por vezes assume importância vital em detrimento da ambiental, as organizações brasileiras vêm implementando ações no sentido de incorporar os conceitos de desenvolvimento sustentável. É importante ressaltar que a longo prazo a procura por inovações para atender a padrões ambientais e a busca de materiais alternativos podem determinar redução dos custos.

Os chamados SRI (investimentos socialmente responsáveis) fazem com que empresas rentáveis, sustentáveis e socialmente responsáveis obtenham prioridade na alocação de investimentos tanto em âmbito nacional quanto internacional. Essa modalidade de investimento considera que organizações sustentáveis agregam mais valor ao acionista, uma vez que se posicionam com maior resiliência no enfrentamento de crises ambientais, sociais e econômicas (Bovespa, 2006 apud SILVA; QUELHAS, 2006).

A utilização de um índice de ações referencial (*benchmark*) para investimentos socialmente responsáveis foi adotada pela Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) a fim de suprir a demanda emergente do direcionamento sustentável de investimentos no Brasil. O Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) – a partir de 2005 – *“passou a refletir o retorno de uma carteira formada por empresas com reconhecido comprometimento com o desenvolvimento sustentável e responsabilidade social”* (SILVA; QUELHAS, 2006, p.386).

2.3 ÍNDICE DE SUSTENTABILIDADE EMPRESARIAL

A publicação de relatórios corporativos é um dos métodos utilizados pelas grandes empresas para divulgar ações voltadas ao ESG. *“Esses relatos, a depender do país em que as empresas os divulgam, podem seguir requisitos estabelecidos pelo governo, por bolsas de valores, entidades profissionais com poder regulador ou ambos”* (LU, 2016; LOKUWADUGE & DE SILVA, 2020 apud ARAÚJO, 2021, p.539).

O Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) – um dos principais índices do Brasil – é utilizado para medir o *“desempenho médio das cotações dos ativos de empresas com reconhecido comprometimento com a sustentabilidade empresarial”*

(B3, 2015 apud ARAÚJO, 2021, p.542). Ao integrar essa carteira – preenchendo os requisitos e passando por uma avaliação - as empresas passam a estar entre as consideradas mais “sustentáveis” do país. Como principal efeito da utilização do ISE, têm-se o suporte aos *“investidores que priorizam esse tema, na sinalização de suas escolhas, pois serve de referência na avaliação do desempenho das empresas nas dimensões econômicas, ambientais, sociais, de governança, dentre outras”* (B3, 2012; 2018 apud ARAÚJO, 2021, p.542).

Em suma, a função mais relevante do indicador de sustentabilidade da B3 é dar suporte aos investidores nas tomadas de decisões, incentivando as empresas a introduzirem políticas e práticas voltadas ao modelo ESG (Ambiental, Social e de Governança Corporativa, na sigla em inglês) (B3, acesso em 28/08/2023).

Para os ativos de uma empresa serem considerados elegíveis ao ISE-B3, consideram-se as exigências:

As empresas que possuem as 200 ações mais líquidas da B3 são convidadas a participar como elegíveis. O processo pressupõe o preenchimento de um questionário composto por 7 dimensões: Econômico-Financeira, Geral, Ambiental, Governança Corporativa, Social, Mudança do Clima e Natureza do Produto e até 40 empresas fazem parte da carteira do índice (termos anuais). (B3, 2021 apud GUIMARÃES; MALAQUIAS, 2022, p.25).

Com o intuito de aperfeiçoar a análise de performance sustentável empresarial, a Bovespa – junto a outras instituições - desenvolveu um questionário baseado no *triple bottom line* (integração da dinâmica ambiental, social e econômica). Acrescentaram-se ainda a essas dinâmicas a análise de dados referentes a governança corporativa e natureza do produto. As dimensões citadas dividem-se em alguns critérios: *“a) políticas - indicadores de comprometimento; b) gestão - indicadores de programas, metas e monitoramento; c) desempenho; e d) cumprimento legal”* (SILVA; QUELHAS, 2006, p.390).

Na dimensão ambiental, considerou-se a amplitude dos impactos sobre o meio ambiente dos diferentes setores através do estudo aprofundado da natureza dos negócios. A análise das empresas financeiras utilizou um questionário ambiental adaptado as suas especificidades. Para estudar as companhias e instituições dos demais setores foi feita uma divisão com base no impacto ambiental (alto ou

moderado), utilizando-se o mesmo questionário, porém com diferentes ponderações para considerar as unicidades setoriais (SILVA; QUELHAS, 2006, p.390).

Em suma, a aplicação do ISE no mundo corporativo possibilitou a fiscalização e normatização da sustentabilidade na economia. Esse índice, por sua vez, se relaciona diretamente às políticas empresariais voltadas para a Economia Circular, uma vez que elas influem um modelo de expansão do ciclo de vida do produto. Juntamente a essa expansão, a aplicação do modelo circular de economia implicou no desenvolvimento de um sistema reverso de logística focado na restituição dos resíduos sólidos aos seus respectivos produtores, ampliando o reaproveitamento das mercadorias. Essa logística reversa, por sua vez, passou a ser aplicada no Brasil com a Política Nacional de Resíduos Sólidos em 2010.

2.4 LOGÍSTICA REVERSA APLICADA NA ECONOMIA CIRCULAR

O desenvolvimento da Economia Circular no Brasil trouxe consigo a aplicação da Logística Reversa na indústria. Esse modelo de logística foi instituído pela normatização nacional referente aos resíduos sólidos e tem sua definição na Lei 12.305 de 02 de agosto de 2010:

Instrumento de desenvolvimento econômico e social caracterizado por um conjunto de ações, procedimentos e meios destinados a viabilizar a coleta e a restituição dos resíduos sólidos ao setor empresarial, para reaproveitamento, em seu ciclo ou em outros ciclos produtivos, ou outra destinação final ambientalmente adequada (artigo 3º, inciso XII da Lei 12.305 apud AZEVEDO, 2015, p.5).

Gomes (2021) destaca, dentro desse campo da logística, o controle do fluxo de retorno dos materiais outrora consumidos na produção. O autor expõe a existência de diversos canais reversos de distribuição que visam, dentre outros objetivos, a agregação de valor ecológico e econômico ao status corporativo. Estando o fluxo de reincorporação dos materiais do ciclo produtivo bem estabelecido, a Logística Reversa *“pode ser considerada uma ferramenta/método para se alcançar os objetivos pautados na economia circular: redução, reutilização, recuperação e reciclagem de materiais e energia”* (GOMES, 2021, p.9).

Azevedo (2015), por sua vez, traz o protagonismo do modelo reverso de logística para o consumidor, demonstrando a sua importância na utilização e descarte dos produtos. Entretanto, em uma abordagem alternativa mais vantajosa tanto para o consumidor quanto para as empresas, a relação de parceria entre ambos os agentes ganha destaque. Essa relação, por sua vez, possibilita o desenvolvimento de cadeias de suprimentos e o controle das diversas etapas do ciclo produtivo.

Nota-se, portanto, que a aplicação da Logística Reversa no país passou a ter protagonismo somente a partir de 2010 com a instituição da Política Nacional de Resíduos Sólidos. O modelo reverso de logística foi apresentado como um mecanismo de agregação de valor econômico através da restituição e reaproveitamento dos produtos no ciclo de consumo.

2.5 POLÍTICA NACIONAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS

Com o intuito de criar caminhos para *“instaurar, de forma atualizada, e para toda a nação, diretrizes visando o respeito e proteção ao meio ambiente e às comunidades”* (BERRÍOS, 2013, p.3), foi sancionada em 2010 a lei federal 12.305 referente a Política Nacional de Resíduos Sólidos. Abordando possíveis soluções para problemas endêmicos no país, essa lei apresentou moldes de gestão dos resíduos sólidos a serem aplicados em todos os níveis de governo:

Entre outros conteúdos, ela estabelece prazos para corrigir distorções, erros e omissões cometidos habitualmente pelas autoridades do poder público e pelas comunidades. Inova no relativo às responsabilidades, uma vez que estabelece o princípio da responsabilidade compartilhada ante a geração de resíduos, dividindo essa atribuição entre as prefeituras, o empresariado e a comunidade em geral [...] (BERRÍOS, 2013, p.3).

O Ministério do Meio Ambiente fez a sua primeira publicação referente aos resíduos sólidos em dezembro de 2011 na tentativa de estabelecer um acordo geral entre os setores da economia na destinação de embalagens plásticas de óleos lubrificantes usadas. Já no tocante dos acordos mais específicos entre setores, o MMA trouxe como enfoque os filtros usados de óleos lubrificantes, as estopas (e

similares) e as embalagens metálicas também provenientes dos óleos lubrificantes. É importante ressaltar que nesse edital foram estabelecidas *“metas de implantação progressiva do sistema de logística reversa com abrangência nacional”* (ARAÚJO, 2013, p.29).

No ano de 2012, o Ministério do Meio Ambiente avançou mais ainda no desenvolvimento de acordos voltados a Política Nacional de Resíduos Sólidos, publicando em julho desse ano o edital que incentivava a implantação de um sistema de logística reversa de vapor de sódio, lâmpadas fluorescentes, mercúrio e luz mista:

Os resíduos abrangidos são os referentes às lâmpadas de descarga em baixa ou alta pressão que contenham mercúrio, tais como fluorescentes compactas e tubulares, de luz mista, a vapor de mercúrio, a vapor de sódio, a vapor metálico e lâmpadas de aplicação especial (ARAÚJO, 2013, p.29).

No mesmo ano, o Governo publicou ainda um edital que visava expandir essa logística reversa para as embalagens em geral. Esse edital abrangia embalagens compositoras da fração seca dos resíduos sólidos urbanos, aberto exceção para as com classificação de perigosas (ARAÚJO, 2013).

Em 2013, no mês de fevereiro foi publicado mais um edital expandindo o sistema reverso de logística para o setor de eletrônicos (e seus componentes) *“cujo funcionamento depende de correntes elétricas com tensão nominal não superior a 220 volts”* (ARAÚJO, 2013, p.5)

Com o desempenho da Política Nacional de Resíduos Sólidos, diversos editais e portarias foram publicados desde sua implantação em 2010. Avançando cronologicamente, em dezembro de 2018 o MMA assinou o Termo de Compromisso para introdução da logística reversa no setor de embalagens de aço – fabricadas em aço estanhado, cromado ou não revestido - *“com o objetivo garantir a destinação final ambientalmente adequada destes resíduos”* (Secretaria de Qualidade Ambiental – MMA, 2022, p.119).

Em 2019, a fim de evitar a contaminação das águas e solo - reinserindo os componentes na cadeia produtiva -, o sistema de logística reversa passou a ser aplicado a Baterias Chumbo-Ácido por meio da Lei dos Resíduos Sólidos:

As baterias chumbo-ácido são dispositivos acumuladores de energia compostos por placas positivas e negativas, constituídas de chumbo, sendo o eletrólito uma solução de ácido sulfúrico. São utilizadas essencialmente em veículos automotores bem como em outras aplicações industriais, sendo que, ao final de sua vida útil, tornam-se um resíduo perigoso que deve ser

gerenciado de forma ambientalmente adequada (Secretaria de Qualidade Ambiental – MMA, 2022, p. 119).

Sabendo-se disso, é de suma importância que o consumidor tenha acesso aos instrumentos necessários para retornar essas baterias ao setor produtivo, permitindo que ele se responsabilize pelo descarte ambientalmente adequado. Ressalta-se ainda que o órgão a que cabe esse fluxo operacional é o Instituto Brasileiro de Energia Reciclável (IBER) (Secretaria de Qualidade Ambiental – MMA, 2022).

No dia 5 de junho de 2020 foi instituído o decreto nº 10.388 que aplica a logística reversa no setor de medicamentos domiciliares vencidos ou em desuso (industrializados, manipulados e de uso humano) e suas embalagens para evitar o descarte inadequado que, por sua vez, *“pode causar diversos impactos ambientais, como a contaminação do solo e das fontes de abastecimento de água, e assim causar danos à saúde e à qualidade de vida das pessoas”* (Secretaria de Qualidade Ambiental – MMA, 2022, p.120). Esse acordo setorial estabeleceu um fluxo de descarte adequado ambientalmente desenvolvendo um sistema de pontos de recebimento dos materiais (farmácias, drogarias e outros comércios) (Secretaria de Qualidade Ambiental – MMA, 2022).

Por meio de uma análise macro, percebe-se que o Plano Nacional de Resíduos Sólidos não contempla os instrumentos suficientes para gerar a mudança necessária na matriz industrial e econômica do Brasil, acabando por desenvolver planos e modelos de gestão pouco aplicáveis a realidade:

Sabe-se que os recursos orçamentários para esse campo de políticas públicas são restritos, sujeitos a contingenciamentos frequentes, e que as responsabilidades de concretizar a lei são compartilhadas entre os entes federados e diferentes atores privados também (ARAÚJO, 2013, p. 30).

Como consequência da ineficiência da máquina pública na defesa da sustentabilidade, o setor privado da economia viu se obrigado a desenvolver ferramentas próprias de fiscalização e aplicação de práticas ambientalmente adequadas.

3 ESTUDOS DE CASOS: GREENWASHING E MARKETING VERDE APLICADOS A UNILEVER E NATURA COSMÉTICOS

Como abordado no capítulo I, o modelo circular de economia ganhou destaque no cenário nacional e internacional, criando oportunidades para empresas explorarem a circularidade na produção como diferencial de mercado. O capítulo II explicitou a ampla divulgação de políticas empresariais sustentáveis voltadas ao ESG no Brasil e no Mundo nas últimas décadas, abrindo margem para a financeirização da sustentabilidade através de índices de mercado e compensações fiscais. Esse capítulo aborda a conceituação do Greenwashing, a inserção dessa problemática no Brasil e dois estudos de caso. Os tópicos serão desenvolvidos a partir de definições técnicas, exemplificações e análises de mercado da Natura Cosméticos (caso de sucesso) e Unilever (caso de fracasso). Abordara também como o marketing verde e greenwashing se relacionam e quais são os respectivos limites entre modelos de responsabilidade social e políticas de falseamento de imagem de mercado. Os estudos de caso buscam identificar ainda as tentativas ou aplicações práticas no mercado do modelo ESG pelas empresas com grande influência nacional.

3.1 GREENWASHING NO BRASIL

A problemática ambiental ganhou maior destaque, a partir dos anos 2000, na economia mundial, levando o foco para a discussão dos impactos dos modelos econômicos vigentes no meio ambiente. Esse conflito entre desenvolvimento e sustentabilidade alcançou também o âmbito corporativo, explicitando uma relação de responsabilização das empresas pelos respectivos consumidores e absorção do papel de agentes dos próprios usuários finais dentro do ciclo econômico: “[...] tem-se uma maior preocupação dos consumidores não só com a questão ambiental de uma maneira geral, mas, principalmente, com seu papel nessa problemática” (ANDREOLI; BATISTA, 2020, p.30). Em suma, é notável que os consumidores apresentam cada vez mais interesse em compreender suas funções sociais na preservação ambiental e os respectivos impactos do ciclo atual de consumo

(ANDREOLI, LIMA, PREARO, 2017 apud ANDREOLI; BATISTA, 2020).

Com o aumento da preocupação dos consumidores sobre as questões ambientais, *“novas estratégias de marketing são demandadas, capazes de abarcar não só as necessidades dos consumidores, em específico, mas da sociedade e do meio ambiente, como um todo, como é o caso do marketing verde”* (ANDREOLI, CRESPO, MINCIOTTI, 2017 apud ANDREOLI, BATISTA, 2020, p. 30). Entretanto, visto que o custo de transição para um modelo circular por meio da aplicação de políticas ESG é pouco atraente, as novas demandas dos consumidores não são atendidas por todo o meio organizacional. Como consequência, é comum que empresas optem por divulgar um discurso verde sem aplicação prática ou fundamento estratégico, prática conhecida como greenwashing (ANDREOLI, CRESPO, MINCIOTTI, 2017 apud ANDREOLI, BATISTA, 2020).

Outra definição do greenwashing, dada pelo Oxford English Dictionary, apresenta a prática como *“desinformação disseminada por uma organização de modo a apresentar uma imagem pública ambientalmente responsável”* (NEVES, 2022, p.16). Há ainda quem utilize a definição dada pelo Greenpeace de *“ato de enganar os consumidores em relação às práticas ambientais de uma empresa ou aos benefícios ambientais de um produto ou serviço”* (NEVES, 2022, p.17).

A primeira denúncia de greenwashing documentada ocorreu em 1986, tendo como autor Jay Westerveld. O ativista afirmava que a prática das redes hoteleiras de pedir aos hóspedes que reutilizassem toalhas – alegando ter como fim a conservação de água – na realidade não possuía ação ou impacto ambiental comprovadas ou bem detalhadas, sendo apenas uma forma inverossímil de marketing verde (FREITAS, et al, 2020 apud NEVES, 2022).

A prática de mascarar as iniciativas sustentáveis ganhou destaque no mundo corporativo a partir dos anos 1980 e, como consequência, a investigação das ações empresariais com suspeitas de greenwashing encontra-se em um cenário bastante nebuloso e pouco explorado. *“As reivindicações verdes reais sofrem de maior ceticismo, uma vez que é difícil para clientes e outros stakeholders verificar a confiabilidade de iniciativas ESG”* (FREITAS et al., 2020 apud NEVES, 2022, p.8).

A fim de embasar o conteúdo trabalhado em aplicações práticas do Marketing verde e Greenwashing, foram realizados dois estudos de casos. O primeiro aborda a iniciativa de sustentabilidade proativa da Natura Cosméticos. O segundo explicita as

denúncias de Greenwashing direcionadas a Unilever em âmbito nacional e internacional. Ambas as empresas possuem notável influência de mercado e acesso a abundância de recursos, explicitando-se o antagonismo entre as decisões empresariais.

3.2 ESTUDO DE CASO: NATURA COSMÉTICOS

Como visto anteriormente, a problemática ambiental ganhou destaque nos anos 2000, levando os setores das economias a investirem em tecnologias com menor pegada ambiental. Esse movimento em direção a conservação da natureza criou diversas oportunidades para as empresas que focaram na pesquisa e desenvolvimento de inovações voltadas para a produção sustentável (CARVALHO; VILHA, 2005).

A Natura Cosméticos - empresa brasileira que atua no setor de produtos cosméticos – foi fundada em 1969 por Antônio Luiz Seabra, Guilherme Leal e Pedro Passos. A empresa escolhida para o estudo de caso comercializa seus produtos principalmente por venda direta e possui um volume bilionário de negócios (CARVALHO; VILHA, 2005). A Natura, sendo uma multinacional brasileira, opera também na Argentina, Bolívia, Chile, México, Peru, Colômbia, Estados-Unidos e França (Site: A Natura no Mundo). O relatório anual divulgado pela companhia em 2020 explicita o desempenho:

No consolidado do ano, a receita líquida da Natura Cosméticos, que inclui as operações globais da Natura, The Body Shop e Aesop, foi de R\$ 18,3 bilhões, crescimento de 27% em relação a 2019. Na Natura do Brasil, a receita foi de R\$ 7,332 bilhões. Na Natura da América Hispânica, a receita chegou a R\$ 3,669 bilhões (Relatório Anual da Natura, 2020, p.6).

Para manter a competitividade no mercado de cosméticos, a Natura incorporou em sua estratégia a criação de produtos cada vez mais alinhados com o modelo sustentável de desenvolvimento. Como parte desse avanço, a empresa passou a adotar o slogan "Bem-estar bem" como exemplificação de seus valores de mercado. (BORGER, 2001 apud CARVALHO; VILHA, 2005).

Os relatórios demonstram que a Natura tem sido capaz de estudar as oportunidades tecnológicas e de mercado, investindo no desenvolvimento de produtos direcionados para nichos ainda não explorados. Como mostra o estudo da FGV (CARVALHO; VILHA, 2005, p.1), os resultados “revelam também que está apta para o esforço de implementação, nada trivial, de rotinas inteiramente novas, como também de mobilizar recursos e competências no seu processo de gestão da inovação tecnológica”.

Carvalho e Vilha (2005, p.2) ressaltam ainda que:

A empresa adota uma estratégia que chamamos de “sustentabilidade proativa”, haja vista que concebeu e implementou uma linha de produtos e marcas de cosméticos baseados na descoberta, desenvolvimento e utilização de extratos de plantas da Amazônia, cuja coleta é feita por comunidades locais, contribuindo para o desenvolvimento sustentável da região.

Nos anos 2000, a companhia introduziu a série Ekos de produtos de higiene pessoal, perfumaria e cosméticos com uma proposta de trazer a sustentabilidade para essa linha de consumo. Estes produtos possuíam materiais biodegradáveis, decompondo-se naturalmente dentro de um período de até 28 dias. Além disso, suas embalagens foram projetadas para serem recicláveis, com frascos compostos por resina que inclui uma proporção de material reciclado. Ressalta-se também que a linha oferece a opção de refis para todos os produtos, seguindo o modelo de reutilização e expansão do ciclo de consumo (CARVALHO; VILHA, 2005).

É importante notar que, ao desenvolver essa linha de produtos, a empresa optou por não se basear em normas ou padrões de certificação de qualidade externos, como as séries ISO e EQA. Segundo a própria companhia, não foi utilizado nenhum sistema predefinido de gerenciamento que se apoiasse em indicadores específicos de práticas ecológicas. Tendo isso em vista, a Natura optou por adotar um modelo de processos tecnológicos e gerenciais que se adaptaram às particularidades estratégicas da empresa (CARVALHO; VILHA, 2005).

Em linha com o desenvolvimento sustentável, a Natura foi premiada com o ODS Brasil no ano de 2018. A empresa obteve destaque na categoria de organização com fins lucrativos por conta dos seus investimentos nas cadeias da socio biodiversidade. Essa premiação deu grande visibilidade de mercado para a empresa por se tratar de uma avaliação do Governo Federal das “práticas

desenvolvidas no país que contribuam para o alcance das metas da Agenda 2030 e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) propostos pela Organização das Nações Unidas” (CITTADIN et al, 2022, p.2). Em suma, a companhia passou a trabalhar com diversas metas nos últimos anos voltadas para a responsabilidade socioambiental, tendo apresentado desempenho acima do esperado em 2018, com 123 ações executadas nessa área, frente as 62 em 2017 e 69 em 2019 (CITTADIN et al, 2022).

Com base nas análises expostas, é possível presenciar uma vantagem da Natura nos indicadores quantitativos frente ao seu grupo comparativo, apresentando performance superior à média setorial. No aspecto qualitativo, a empresa dispõe de uma ampla gama de políticas e iniciativas visando o desenvolvimento dos tópicos ESG selecionados, indicando um modelo de negócios intrinsecamente relacionado às questões socioambientais e reforçando a solidez da sua governança.

Conclui-se, portanto, que a empresa analisada no estudo de caso apresentou seu alto desempenho ESG material como fator de diferencial no mercado de cosméticos e higiene pessoal, investindo na geração de valor a longo prazo através de iniciativas socioambientais. Como afirma Mello (2021, p.53), após um estudo da performance das ações da Natura nos últimos anos, *“é corroborado, até o presente momento, o alinhamento entre geração de valor e desempenho ESG material, uma vez que o ativo conta com uma taxa de retorno significativa”*. O notável desempenho da Natura evidencia-se por sua listagem no ISE-B3 (Índice de Sustentabilidade Empresarial) desde 2005 até o mais atual (2024), mantendo sua posição de destaque no mercado por práticas voltadas ao ESG.

3.3 ESTUDO DE CASO: UNILEVER

Em linha com o mercado, as empresas brasileiras e internacionais tentam acompanhar a inserção da sustentabilidade e modelos de gestão voltados ao ESG nas companhias e indústrias. Esse é o caso da multinacional britânica Unilever que, segundo o próprio site da empresa, possui 127 mil funcionários e um faturamento anual mundial de 60 bilhões de euros (2022). Com 40 marcas no Brasil e 94 anos de atuação no mercado nacional, a empresa a ser analisada apresenta grande

influência no setor de alimentação, limpeza, produtos de higiene e cuidados pessoais. Utilizando-se do marketing verde, a companhia investe pesadamente em estratégias de pesquisa e desenvolvimento para inserir modelos ecológicos na fabricação de seus produtos. Entretanto, a Unilever foi alvo de diversas denúncias de greenwashing nos últimos anos, trazendo à tona o questionamento se a empresa de fato emprega o marketing verde ou utiliza apenas de práticas enganosas de “maquiagem verde”.

O CEO da Unilever, Paul Polmann, autoproclamou-se defensor da atmosfera terrestre durante a Cúpula do Clima de Copenhague, em 2009. No entanto, há indícios de que a empresa está envolvida em práticas de greenwashing, pois, apesar de receber elogios de importantes organizações ambientais internacionais, ela é uma das maiores consumidoras globais de óleo de dendê. A problemática é evidenciada ao observar que, enquanto outras empresas que compartilham práticas prejudiciais ao meio ambiente são alvo de críticas, a Unilever permanece intocada e é exaltada por práticas sustentáveis (SILVA et al, 2018).

Como destaca Silva et al (2018), a empresa mantém contratos e é uma das principais clientes de grandes negócios envolvidos em escândalos ambientais, o que levanta questionamentos sobre sua verdadeira postura ambiental. O artigo destaca ainda que a Unilever não pode se eximir de responsabilidade, sendo ela igualmente responsável pelos crimes e violações cometidos por seus fornecedores. Além disso, destaca-se que a participação da empresa na Mesa Redonda sobre Dendê Sustentável (RSPO) pode ser interpretada como uma estratégia para influenciar a agenda e utilizar essa posição em prol de seus próprios interesses.

Segundo Aligleri e Araújo (2016, p. 244), no caso da Unilever, as denúncias de prática de Greenwashing também podem ser identificadas na troca de informações entre a fabricante e o cliente. Como afirmam os autores:

No caso da fabricante Unilever, fabricante da marca Omo, a comunicação é bastante focada em termos técnicos que transmitem uma ideia de funcionalidade do produto. Isso, isoladamente, não cria ruídos na troca de informações, porém, não preenche algumas lacunas que deveriam ser levadas em consideração.

Uma das denúncias envolve a falta de informações sobre a origem das embalagens dos saponáceos em pó. Embora a empresa afirme que é utilizado

"papel cartão proveniente de fonte sustentável", não é especificada a origem desse papel nem os respectivos métodos empregados no processo de fabricação. Ressalta-se ainda que o rótulo não exibe um selo ou certificação de terceira parte que respalde essa declaração e, portanto, "os produtos em pó Omo Multiação, Omo Progress e Omo Toque de Confort incorrem em declaração vaga e falta de prova em relação à afirmação ambiental realizada" (ALIGLERI; ARAÚJO, 2016, p. 244).

Aligleri e Araújo (2016) destacam ainda que os produtos examinados da Unilever exibiam a declaração "tensoativo biodegradável" em seu rótulo. No entanto, é importante observar que os tensoativos aniônicos, componentes ativos comumente presentes em detergentes, são obrigados por lei a serem biodegradáveis. Além disso, a quantidade de fosfato em detergentes em pó está sujeita a limitações estabelecidas também por legislação ambiental. É notável, portanto, que a utilização o rótulo incorre na característica de irrelevância da informação, uma vez que são obrigações legais dos fabricantes. Percebe-se, então, que nos produtos da Unilever há indícios de greenwashing, considerando que a empresa usa uma *"exibição seletiva de um ou dois atributos virtuosos de um produto cujo objetivo é conferir benefícios à coisa como um todo"* (GOLEMAN, 2009, p. 21 apud ALIGLERI; ARAÚJO, 2016).

Ainda se tratando da falsa ou seletiva rotulagem como prática de greenwashing, Cruz (2022) destaca a divulgação da linha "Sétima Geração" de produtos da Unilever, na qual identifica-se *"uma manipulação incisiva segundo o pecado de 'rótulo falso', mais especificamente com a exposição de quatro selos falsos e dois claims manipulados ('100% verde' e '100% natural')"* (CRUZ, 2022, p.17).

É recomendado, portanto, que a empresa estudada passe a utilizar de um fluxo de comunicação mais descritivo e transparente. Como apoio, poderiam ser usadas como base as normas ISO (ALIGLERI; ARAÚJO, 2016).

Rotulagem ambiental do tipo I - ABNT NBR ISO 14024:2010 (BRITO, 2017, p.5):

A norma estabelece os princípios e procedimentos para o desenvolvimento de programas de rotulagem ambiental, incluindo a seleção de categorias de produtos, critérios ambientais e características funcionais dos produtos, bem como para avaliar e demonstrar sua conformidade; estabelece, também, procedimentos de certificação para a concessão do rótulo.

Rotulagem ambiental do Tipo II – ABNT NBR ISO 14021:2013 (BRITO, 2016, p.6):

A norma especifica os requisitos para autodeclarações ambientais, incluindo textos, símbolos e gráficos, no que se refere aos produtos; descreve termos selecionados usados comumente em declarações ambientais e fornece qualificações para seu uso; apresenta uma metodologia de avaliação e verificação geral para autodeclarações ambientais e métodos específicos de avaliação e verificação para as declarações selecionadas na norma.

Outra prática de greenwashing identificada no modelo de negócios da Unilever foi exposta na dissertação de Pagotto (2013). O autor citou a propaganda da empresa de 2012 que afirmava que seu produto Omo tinha potencial para economizar milhões de litros de água por ano. A afirmação da Unilever foi questionada pelo CONAR (Conselho Nacional de Auto Regulamentação Publicitária) e, mesmo após a tentativa da fabricante de provar matematicamente essa economia, o Conselho considerou os dados imprecisos e não verificáveis e solicitou a alteração da propaganda.

Por fim, tendo em vista que a origem e o destino da embalagem são elementos essenciais no processo de compra, os consumidores buscam ativamente por informações desse tipo para garantir a aquisição de produtos alinhados com as preocupações ambientais. Portanto, seria aconselhável dar maior atenção ao consumidor, auxiliando-o na compreensão do contexto. Isso poderia ser alcançado, por exemplo, ao explicar detalhes como a origem da embalagem, o processo de fabricação, os responsáveis por sua produção e as considerações ambientais envolvidas (ALIGLERI; ARAÚJO, 2016).

Como apontado no estudo de caso, a Unilever lida com denúncias de Greenwashing há mais de 10 anos, tendo elas diversas origens: falseamento de rotulagem, consumo indiscriminado de óleo, utilização da influência para manipulação de mercado, comunicação imprópria e propaganda imprecisa. Esses fatores ficam evidenciados no fato de que a empresa nunca foi listada no Índice de Sustentabilidade da B3 (ISE-B3), sendo esse um risco de imagem grave.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com os desastres naturais das últimas décadas, a mudança climática ganhou destaque nos palanques nacionais e internacionais. Como tentativa de prevenção às tragédias humanitárias e ecológicas, colocou-se em prática a fiscalização das políticas sociais e ambientais. Consequentemente, o aumento dessa fiscalização deu foco aos casos de greenwashing e manipulação da imagem de mercado por grandes empresas.

Explora-se nessa monografia a conceituação de sustentabilidade empresarial e sua aplicação pautada em políticas de circularidade econômica e modelos ESG de gestão. Se traz nesse estudo uma retrospectiva histórica da evolução do modelo circular de economia e do ESG no Brasil e no Mundo, situando as leis e políticas públicas de gestão de resíduos sólidos e incentivos ao desenvolvimento socioambiental.

Diante do panorama que se apresenta, é evidente que o planeta Terra está enfrentando desafios crescentes relacionados às mudanças climáticas, com ondas de calor extremas e temperaturas recordes se tornando cada vez mais comuns. A necessidade de transição para uma economia verde e sustentável é inegável, especialmente diante dos impactos alarmantes do aquecimento global.

A análise da historicidade e cronologia da circularidade na economia e políticas ESG apresenta um panorama complexo. Enquanto a Economia Circular surge como uma alternativa viável ao modelo linear de consumo e descarte, há desafios significativos em sua implementação. A ambiguidade está presente nas iniciativas sustentáveis, tanto no âmbito corporativo quanto governamental, com casos de sucesso pontuais contrastando com denúncias de greenwashing.

A Economia Circular, como se aborda nesta monografia, propõe o prolongamento da vida útil dos produtos e a gestão integrada de resíduos, visando benefícios econômicos, sociais e ambientais. Internacionalmente, há uma crescente demanda por essa abordagem, destacada por relatórios e iniciativas da Ellen MacArthur Foundation, especialmente em regiões como a União Europeia e China.

No contexto brasileiro, a Política Nacional de Resíduos Sólidos representa um marco inicial na adoção de práticas mais sustentáveis. O país apresenta um

potencial considerável para a Economia Circular, com oportunidades de novos modelos de negócios, geração de empregos e inserção no comércio internacional. A Finep e outras instituições surgem como protagonistas no financiamento de projetos voltados para a circularidade na economia brasileira.

Com base no estudo que se apresenta sobre as estratégias empresariais sustentáveis no Brasil, é possível concluir que o país passa por um processo de adaptação e incorporação gradual do modelo ESG (Environmental, Social, Governance) em suas práticas corporativas. Inicialmente, inspirado por debates e acordos internacionais, o Brasil viu a necessidade de integrar questões ambientais, sociais e de governança em sua gestão empresarial.

A implementação do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) pela Bolsa de Valores de São Paulo (B3) foi um marco nesse processo, incentivando empresas a adotarem práticas mais sustentáveis e responsáveis. Esse índice não apenas reflete o compromisso das empresas com a sustentabilidade, mas também auxilia os investidores na avaliação do desempenho das empresas nesses aspectos.

Além disso, a introdução da Logística Reversa na Economia Circular, impulsionada pela Política Nacional de Resíduos Sólidos de 2010, demonstra um esforço para promover a redução, reutilização, recuperação e reciclagem de materiais e energia. Essa abordagem não só contribui para a proteção ambiental, mas também agrega valor econômico e social às empresas.

Este estudo também aponta desafios, como a necessidade de aperfeiçoar os modelos de gestão e os instrumentos da Política Nacional de Resíduos Sólidos para garantir uma mudança efetiva na matriz industrial e econômica do Brasil. Questões como o orçamento limitado para políticas públicas e a necessidade de maior cooperação entre entes públicos e privados são destacadas como pontos a serem enfrentados.

A Natura Cosméticos é um exemplo de sucesso ao integrar práticas sustentáveis em sua estratégia de negócios desde sua fundação em 1969. Em resposta à crescente conscientização ambiental a partir dos anos 2000, a empresa investiu em tecnologias mais sustentáveis, o que a destacou no mercado global, refletido em um crescimento significativo em sua receita líquida. Sua abordagem proativa em sustentabilidade é evidenciada pelo desenvolvimento de produtos com ingredientes da Amazônia, como sua linha Ekos, que oferece produtos

biodegradáveis e embalagens recicláveis. Reconhecida com o prêmio ODS Brasil em 2018, a Natura demonstra seu compromisso com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU, apresentando desempenho superior à média do setor tanto quantitativa quanto qualitativamente, destacando-se por sua governança sólida e sua conexão intrínseca com questões socioambientais. A empresa tem sido capaz de gerar valor a longo prazo por meio de suas iniciativas socioambientais, alinhando sua geração de valor com seu desempenho ESG e mantendo sua posição de liderança no mercado, listada no ISE-B3 desde 2005.

Com base no estudo que se apresenta sobre a inserção da sustentabilidade e modelos de gestão ESG nas empresas, especificamente no caso da multinacional Unilever, conclui-se que o cenário atual revela um desafio significativo para as organizações em conciliar práticas sustentáveis reais com estratégias de marketing verde. A Unilever, uma empresa de renome internacional, tem sido alvo de diversas denúncias de greenwashing ao longo dos anos, levantando questionamentos sobre a veracidade de suas alegações ambientais.

O caso da Unilever demonstra que, apesar de investimentos em pesquisa e desenvolvimento de modelos ecológicos e o uso de marketing verde para promover seus produtos, a empresa enfrenta críticas por não preencher lacunas importantes em suas práticas sustentáveis. As denúncias, que vão desde a falta de transparência na origem das embalagens até propagandas imprecisas sobre economia de água, colocam em xeque a credibilidade das ações sustentáveis proclamadas pela empresa.

A falta de certificações de terceiros, a manipulação de informações técnicas e a exposição seletiva de atributos positivos dos produtos são alguns dos elementos identificados como práticas de greenwashing na Unilever. Além disso, a empresa mantém relações comerciais com fornecedores envolvidos em escândalos ambientais, o que gera dúvidas sobre sua verdadeira postura em relação à sustentabilidade.

Diante desse cenário, é essencial que a Unilever e outras empresas reavaliem suas estratégias de comunicação e transparência. A utilização de normas como a ISO para rotulagem ambiental poderia ser uma forma de garantir credibilidade às suas declarações sustentáveis. Além disso, investir em uma comunicação mais descritiva e transparente, explicando detalhes sobre a origem das embalagens,

processos de fabricação e impactos ambientais envolvidos, poderia contribuir para uma relação mais honesta e confiável com os consumidores.

O caso da Unilever nos mostra que a sustentabilidade não deve ser apenas um discurso de marketing, mas sim uma prática incorporada em toda a cadeia produtiva e comunicada de forma transparente. A falta de alinhamento entre as ações reais e as alegações de sustentabilidade pode não apenas prejudicar a imagem da empresa, mas também minar a confiança dos consumidores e o comprometimento com a causa ambiental. Assim, a Unilever e outras empresas têm o desafio de transformar suas intenções sustentáveis em ações concretas e transparentes, para verdadeiramente contribuir para um futuro mais sustentável.

Por fim, se entende que o sucesso da Natura no campo do ESG (ambiental, social e de governança) e circularidade destaca-se como uma exceção notável em um setor no qual casos de greenwashing são mais comuns do que se poderia esperar. Enquanto a Natura consolidou uma reputação ao longo dos anos por suas práticas sustentáveis, casos como os da Unilever ressaltam os desafios enfrentados pelas empresas em manterem-se verdadeiramente alinhadas com os princípios do ESG. Esses casos destacam a importância de não apenas adotar uma linguagem sustentável, mas também de implementar medidas tangíveis que apoiem genuinamente os princípios do ESG e circularidade econômica. Há, portanto, um longo caminho a ser trilhado para o Brasil alcançar de fato um modelo ESG e circular da Economia e, fica evidente ainda que a sustentabilidade não é de responsabilidade apenas do Governo, mas também das empresas e da sociedade como um todo.

REFERÊNCIAS

ANDREOLI, T.; BATISTA, L. Possíveis Ações Regulatórias do Greenwashing e suas Diferentes Influências na Avaliação de Marca e no Julgamento dos Consumidores. **Revista Brasileira de Marketing**, v.19, n.1, p. 29-52, 2020.

ALIGLERI, L.; ARAÚJO, L. V. Comunicação mercadológica e greenwashing nos rótulos dos sabões para lavar-roupa. **Revista Eletrônica Internacional de Economia Política da Informação da Comunicação e da Cultura**, v. 18, n. 3, p. 214-248, 2016.

ARAÚJO, S. M. V. G. **O desafio da aplicação da lei dos resíduos sólidos**. Consultora Legislativa da Área XI, 2013.

ARAÚJO, T. P. **Relatos ESG nas Empresas mais Sustentáveis do Brasil**. XI ENCONTRO DE INVESTIGADORES DA QUALIDADE, 2021.

ASSUNÇÃO, G. M. A. Gestão Ambiental Rumo À Economia Circular: Como O Brasil Se Apresenta Nessa Discussão. **Sistemas & Gestão**, v.14, p. 223-231, 2019.

AZEVEDO, J. L. A Economia Circular Aplicada no Brasil: uma análise a partir dos instrumentos legais existentes para a logística reversa. In: **XI Congresso Nacional de Excelência em gestão**. 2015.

B3. **Carteiras e questionários**. Disponível em:<<https://iseb3.com.br/carteiras-e-questionarios>>. Acesso em 01 de mar. 2024.

B3. **Índice de Sustentabilidade Empresarial - ISE B3** . acesso em 07/08/2023) Disponível em:<https://www.b3.com.br/pt_br/market-data-e-indices/indices/indices-de-sustentabilidade/indice-de-sustentabilidade-empresarial-ise-b3.htm#panel3a>. Acesso em 07 de ago. 2023

BCSD POUTUGAL. **Economia Circular**: relatório publicado pelo Conselho Empresarial para o desenvolvimento Sustentável. Disponível em:<<https://www.bcsdportugal.org/wp-content/uploads/2013/10/BrochuraBCSD-EC.pdf>>.Acesso em:04 de fev. 2024.

BRITO, R. **DECLARAÇÃO AMBIENTAL DE PRODUTO**. Disponível em:<<http://www.inmetro.gov.br/barreirastecnicas/PDF/cbtc/apresentacao-cbtc-declaracao-ambiental-produto-inmetro.pdf>>. Acesso em:27 de nov. 2023.

BORSCHIVER, S.; TAVARES, A. S. **Catalisando a economia circular**: conceitos, modelos de negócios e sua aplicação em setores da economia. UFRJ, 2022.

CNI.**Custo da descarbonização da indústria pode chegar a R\$ 40 bilhões até 2050**. Disponível em:<<https://valor.globo.com/conteudo-de->

marca/cni/noticia/2023/12/08/custo-da-descarbonizacao-da-industria-pode-chegar-a-40-bilhoes-ate-2050.ghtml.>. Acesso em 01 de mar. 2024.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA – CNE. **Economia Circular Oportunidades E Desafios Para A Indústria Brasileira**. Disponível em :<https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/7328829/mod_resource/content/1/Economia_circular_oportunidades_desafios.pdf>. Acesso 01 de mar. de 2024.

CRUZ, A. S. **Marketing verde ou greenwashing?** um estudo sobre o comportamento do consumidor. 2022. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Administração) - Universidade Federal de São Paulo, Escola Paulista de Política, Economia e Negócios, Osasco, 2022.

FARIAS, F. G., Pinto, F. R., Araújo, D. de S., Menezes, B. S. de, & Andrade, R. D. Uma Década de Estudos sobre Economia Circular: Tendências e Reflexões Através de Análise Bibliométrica Internacional. **Internext**, v.16, n. 3, p. 289–305, 2021.

FONTOURA, N. **Ebulição global:** entenda o conceito que alerta para fenômenos climáticos extremos. Disponível em:<<https://portal.pucrs.br/blog/ebulicao-global/#:~:text=O%20conceito%20de%20ebuli%C3%A7%C3%A3o%20global,pioram%20a%20qualidade%20do%20ar.>>. Acesso em: 22 de mar. 2024.

FOUNDATION, E. M. **Rumo À Economia Circular:** O Racional De Negócio Para Acelerar A Transição, 2015.

GODOY, M. R. B. Dificuldades para aplicar a Lei da Política Nacional de Resíduos Sólidos no Brasil. **Caderno de Geografia**, v. 23, n. 39, p. 1-12, 2013.

GOMES, Rafael Rotta et al. Relação entre economia circular e logística reversa: **uma revisão sistemática**. 2021.:

GUIMARÃES, T. M.; MALAQUIAS, R. F. Desempenho de Fundos de Ações considerando Investimentos ESG, Restrições Financeiras e a Pandemia COVID-19. **BBR. Brazilian Business Review**,v. 20, p. 18-37, 2023.

IBIAPINA, I. R. P.; OLIVEIRA, T. E.; LEOCADIO, Á. L. As políticas públicas e os resíduos sólidos urbanos na Alemanha e no Brasil. **Planejamento e políticas públicas**, n. 60, p. 43-68. 2021.

IZEPPI, W. C. **Estímulos e barreiras para a adoção da economia circular:** uma pesquisa quantitativa nos setores de agronegócio, construção civil e eletroeletrônico. Repositório Institucional UNESP, 2019.

LEE, A. M.; MACHADO, T. **Relatório Anual Natura 2020**. Disponível em:<https://static.rede.natura.net/html/sitecf/br/05_2021/relatorio_anual/Relatorio_Anual_Natura_GRI_2020.pdf>. Acesso em: 04 de abr. 2024.

MAFRA CALDERAN, A.; PETRILLI, L.; KIMURA KODAMA, T.; MONTEIRO DE SOUZA, J. F. ESG NO BRASIL. **Encontro Internacional de Gestão, Desenvolvimento e Inovação (EIGEDIN)**, v. 5, n. 1, 29 set. 2021.

MELLO, R. N. L. O impacto dos critérios ESG no mundo corporativo e sua correlação com performance financeira. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2021).

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL. **Rota Da Economia Circular 2021**. Disponível em: <<https://www.gov.br/mdr/pt-br/assuntos/desenvolvimento-regional/rotas-de-integracao-nacional/rota-da-economia-circular>>. Acesso em: 10 de dez. 2023.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Plano Nacional de Resíduos Sólidos: relatório 2022**. Disponível em: <https://www.gov.br/mma/pt-br/acao-informacao/acoes-e-programas/agendaambientalurbana/lixao-zero/plano_nacional_de_residuos_solidos-1.pdf>. Acesso em: 03 de mar. de 2024.

NATURA. **A Natura no Mundo**. Disponível em: <<https://www.naturabrasil.fr/pt-pt/acerca-da-natura-brasil/a-natura-no-mundo>>. Acesso em: 01 de mar. 2024.

NEVES, G. F. **Greenwashing**: uma análise das denúncias de stakeholders sobre os apelos de sustentabilidade das organizações. 66f. Tese (Mestrado)- Centro Universitário Álvares Penteado, São Paulo, 2022.

NUNES, D. F et al. A NATURA E SUAS AÇÕES DE RESPONSABILIDADE SOCIAL: FRAGMENTOS DOS RELATÓRIOS DE SUSTENTABILIDADE. **Anais Seminário de Ciências Sociais Aplicadas**, v. 7, n. 7, 2021.

PAGOTTO, E.L. **Greenwashing**: os conflitos éticos da propaganda ambiental. 163 f. Tese (Doutorado) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

SILVA, L. S. A. ; QUELHAS, O. L. G. Sustentabilidade empresarial e o impacto no custo de capital próprio das empresas de capital aberto. **Gestão & Produção**, v. 13, p. 385-395, 2006.

SILVA, V. A.; SCHERER, F. L.; PIVETTA, N. P. Práticas Empresariais e o Efeito Greenwash: Uma Análise no Contexto Beauty Care. **ReMark-Revista Brasileira de Marketing**, v. 17, n. 4, p. 502-519, 2018.

UNILEVER. **Visão geral da Unilever**. Disponível em: <<https://www.unilever.com.br/our-company/>>. Acesso em 26 de nov. 2023.

VIEIRA, G. V. **A importância da governança corporativa na era do “ESG”** 56 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Centro Universitário Curitiba (Unicuritiba). Curitiba, 2023.

VILHA, A. M.; CARVALHO, R. Q. Desenvolvimento de novas competências e práticas de gestão da inovação voltadas para o desenvolvimento sustentável: estudo exploratório da Natura. **Cadernos EBAPE. BR**, v. 3, p. 01-15, 2005.